

INTRODUÇÃO

Manuel João Ribeiro

Instituto Superior de Educação e Ciências - ISEC Lisboa, CERU (Portugal)

Engenharia de Proteção Civil

ORCID: 0000-0002-0639-0121

manuel.ribeiro@iseclisboa.pt

Numa abordagem centrada em torno dos riscos, ambiente e proteção civil, o presente número da série de Estudos Cindínicos convida o leitor a percorrer um caminho em redor de distintas realidades, temáticas e geográficas, mas onde a segurança, ou a falta dela, se assume como o pilar concetual de referência na respetiva análise.

A discussão de uma perspetiva tecnológica dos riscos, ambiente e proteção civil possibilita imergir sobre algumas das principais preocupações que caracterizam a atualidade, direcionando a atenção para as dimensões de articulação entre os sistemas sociais e o ambiente construído. O desenvolvimento tecnológico-industrial da modernidade, como bem salientou Giddens (1992), proporcionando, por um lado, amplas áreas de segurança no mundo atual tem, por outro lado, contribuído, de forma verdadeiramente formidável para a emergência de uma nova série de riscos*.

Enveredando por leituras e observações diferenciadas, consoante o âmbito do tema em questão, o livro, contudo, conduz a uma visão transversal, onde se cruzam dimensões que, embora reflitam modelações e campos analíticos específicos a cada um dos seus domínios, concorrem para uma finalidade comum: a segurança de pessoas, bens e ambiente.

O livro abre com uma incursão sobre o tema das mudanças climáticas, em que Maria Manuela Portela, Luís Angel Espínosa e Martina Zelenakova, abordam, analiticamente, o comportamento da precipitação em Portugal Continental, num período de 106 anos. Os autores, com base nos resultados alcançados no estudo, salientam que o território continental, regista uma “diminuição generalizada de precipitação”. Distinguem, no entanto, “um Norte menos húmido, mas ainda com alguma disponibilidade hídrica”, de “um Sul

* Anthony Giddens (1992), *As Consequências da Modernidade*, Celta Editores, Oeiras.

progressivamente e marcadamente mais árido”. Como corolário, concluem pela necessidade e urgência de uma “consciencialização pública generalizada e participativa” nas “práticas de poupança de água”, bem como em políticas de “implementação de medidas de mitigação e adaptação enquadradas por novas políticas de planeamento e gestão de recursos hídricos”.

Inserido no tema dos incêndios urbanos, e direcionado para a problemática da segurança dos bombeiros, o artigo de Pedro Manuel Bairrinhas Valada, João Luís Tavares Carolino e Manuel João Ribeiro, reflete sobre o papel que os profissionais do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSBL) desempenham nos desafios colocados pelos incêndios na cidade de Lisboa. Socorrendo-se, comparativamente, de exemplos internacionais, designadamente nos Estados Unidos da América, aborda-se a importância das Equipas de Intervenção Rápida (EIR), na salvaguarda dos bombeiros em cenários de perigo elevado, salientando a importância fulcral de uma formação especializada em várias técnicas e domínios de ação. Estabelece-se, neste propósito, a aplicação que o RSBL tem desenvolvido, designadamente na formação de “Técnicas de Sobrevivência e Resgate em Incêndios”, bem como, quer nos equipamentos de proteção individual, quer nos procedimentos operacionais, abrangendo número significativo de bombeiros, e já regulamentada em norma de execução permanente.

Discutindo a “importância da ajuda internacional em situações de catástrofe”, Duarte Mendes e Manuel João Ribeiro, abordam a criação do Mecanismo Europeu de Proteção Civil (MEPC), analisando a participação portuguesa no âmbito desse instrumento da União Europeia. Salientando as suas origens, a sua constituição e os principais objetivos a prosseguir, os autores identificam, dentro das várias fases de desenvolvimento do MEPC, os processos de reforma e adaptação que iam resultando da necessidade de “conferir maior coerência e eficácia à resposta da União Europeia” às emergências. Aborda-se, subsequentemente, a participação de Portugal no MEPC, referindo-se, quer as situações em que o país se constituiu como recetor de ajuda, quer nas missões internacionais em que participou. O artigo concluirá com a saliência da importância da formação de uma Força Operacional Conjunta (FOCON),

sob a égide a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), cuja atuação na resposta ao sismo da Turquia, em 2023, constituiu um exemplo de “articulação e coordenação”, conjugando “valências distintas e diferenciadas, por parte das várias entidades constituintes” da FOCN, revelando-se um modelo de sucesso na ação desenvolvida.

Enveredando pelo tema dos riscos tecnológicos, João Seara, Alexandre Rodrigues e Manuel João Ribeiro, discutem, tendo por base a Refinaria de Sines, a importância de uma resposta integrada, em caso de acidente grave naquela unidade fabril. Enquadrando o funcionamento desta infraestrutura crítica, são identificados os vários riscos associados às suas operações, e as suas potenciais repercussões para a segurança de pessoas, bens e ambiente. Apresenta-se, para tal, breve síntese dos referenciais legislativos associados à prevenção de acidentes graves relacionados com substâncias perigosas, com ênfase para a Diretiva Seveso. Paralelamente, identificam-se as competências das entidades nacionais com responsabilidades nesta matéria, nomeadamente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da ANEPC, assim como o papel atribuído ao sistema municipal de proteção civil do município de Sines, na articulação das ações de prevenção, planeamento e resposta entre os vários agentes de proteção civil, no propósito de garantir a “segurança industrial e proteção ambiental” do território.

No capítulo sobre o “Novo Patamar da Gestão da Segurança da Infraestrutura Rodoviária”, Luís Farinha, efetua uma interpretação jurídica do quadro legal da segurança rodoviária. Partindo da Diretiva adotada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia, em 2019, e transposta para o quadro jurídico nacional, através do Decreto-Lei nº 84-B/2022, o autor irá efetuar uma resenha diacrónica dos diplomas legais, desde 1998 até à atualidade. Nesta dissertação, o autor conjuga a produção legislativa nacional, estabelecendo as inerentes ligações com as “obrigações contraídas pelo nosso país como Estado-Membros da União Europeia”. Termina, referenciando a importância de os procedimentos sobre a infraestrutura rodoviária congregarem “várias entidades”, nomeadamente da administração central do Estado, das autarquias, mas também do sector privado. Salienta a importância da descodificação da informação produzida, no que refere ser o objetivo da publicação de relatório de segurança, de modo

a permitir à sociedade civil, na sua consulta, “influenciar os poderes públicos no sentido que se eliminem continuamente as situações que possam concorrer para a verificação de acidentes rodoviários”.

Jacinto Ferrão Jamal aborda no seu artigo uma leitura centrada nos acidentes marítimos verificados no Lago Niassa, entre 2019 e 2024. Efetuando uma breve caracterização do Lago, enquanto “recurso vital para as comunidades que moram ao longo dele”, refere os incidentes e acidentes verificados, tipificando as suas causas próximas, num quadro amplificado onde residem, sobretudo, fatores de origem humana e cultural. No artigo, o autor, salientando as deficiências infraestruturais do Lago, coloca particular ênfase na ausência de uma cultura local de segurança, com comportamentos imbuídos de falta de informação e formação por parte dos operadores e utilizadores da área. Identifica, como proposta, a importância do desenvolvimento de processos de consciencialização e formação, tendentes a melhorar os cuidados nas atividades no Lago, garantindo maiores índices de segurança que permitam diminuir o número de acidentes e vítimas das diferentes atividades realizadas no espaço marítimo.

O artigo de Gonçalo Nuno Ferreira, Ana Paula Oliveira e Manuel João Ribeiro, tendo por base os festivais de verão, trata a questão atual, do “overturism”. Os autores após abordarem a importância e o impacto dos eventos e festivais culturais nas sociedades atuais, efetuam uma passagem por alguns dos festivais de verão que se realizam em Portugal, caracterizando-os nas suas dimensões sociais, económicas, culturais e ambientais. Salientando e identificando, globalmente, aspetos negativos do “overturism”, designadamente de âmbito social e ambiental, reportam, depois, os problemas ao nível da segurança, nas suas componentes “safety” e “security”. Concluem, assim, pela importância na preparação e desenvolvimento de instrumentos de planeamento e resposta, para lidar com situações passíveis de colocar em causa a vida e o bem-estar dos participantes e utentes dos festivais, nomeadamente os que resultam dos “novos” desafios do “overturism”.

Concebido numa diversidade de temas, mas, conforme salientado, oferecendo uma unidade concetual, centrada nos riscos, ambiente e proteção civil, o livro explora vários domínios de análise onde o leitor pode encontrar, de acordo

com os seus interesses e objetivos, distintos quadros de referência que definem e caracterizam a sociedade atual. Embora nem sempre de forma manifesta, latentemente conjuga-se, em todos os artigos, uma triangulação que abrangendo os riscos, o ambiente e a proteção civil, concorrem para o conhecimento e a afirmação pretendida de uma cabal segurança comunitária, enquanto garantia dos inerentes processos de desenvolvimento social.